

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.725 - SP (2019/0141256-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **MARIA DO SOCORRO LIMA MAGALHAES**  
**ADVOGADOS** : **WILSON MANFRINATO JÚNIOR - SP143756**  
: **CARLA GLÓRIA DO AMARAL BARBOSA VIDEIRA - SP159519**  
**AGRAVADO** : **PHILIPS MEDICAL SYSTEMS (CLEVELAND) INC**  
**ADVOGADO** : **FABIO RIVELLI - SP297608**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMOS E NOTAS PROMISSÓRIAS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. FIADORA/AVALISTA. NEGÓCIO JURÍDICO ENTABULADO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Maria do Socorro Lima Magalhães contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 177):

EMBARGOS À EXECUÇÃO contrato de empréstimo e notas promissórias embargante que assinou os títulos de crédito como garantidora (fiadora/avalista) inequívoca manifestação de vontade de assumir responsabilidade solidária com a devedora principal no tocante à dívida inobstante inexistir cláusula contratual a este respeito liquidez, certeza e exigibilidade dos títulos - demanda improcedente - recurso improvido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 197-203), a recorrente apontou violação dos arts. 86, 87, 88, 89, 90, 91, 117, 1.481 e 1.483 do Código Civil de 1916.

Sustentou, em síntese, a ocorrência de defeito ao ato jurídico, uma vez que, na hipótese de haver a declaração de vontade, ressaltando que não há, foram declaradas com erro substancial que afeta ao próprio ato jurídico principal.

Não foram apresentada contrarrazões (e-STJ, fl. 205).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial em virtude da ausência de demonstração de violação dos dispositivos apontados e da incidência da Súmula n. 7 desta Corte (e-STJ, fls. 206-208).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 192-194):

5. O apelo não merece acolhimento. Isso porque como bem destacou o magistrado “a quo”, “A alegada ilegitimidade da embargante para a execução não procede. A assinatura da embargante não apenas no contrato de empréstimo (com sua expressa identificação como 'garantidor' do contrato - fls. 86) como também no verso das notas promissórias emitidas (fls. 89/123 - como fiadora), representa inequívoca manifestação da vontade de assumir responsabilidade solidária referente à dívida contraída pela devedora principal. A natureza de sua obrigação como subsidiária ou solidária tem alguma relevância quando comprovado que o devedor principal possui patrimônio para responder pela dívida. Daí porque a natureza subsidiária da responsabilidade fidejussória fica resumida ao direito do fiador indicar bens do patrimônio do devedor principal para serem executados preferencialmente, o denominado benefício de ordem. Exigir que o credor primeiro execute o devedor principal e esgote todas as possibilidades de satisfação da dívida com o patrimônio dele, na prática, inviabilizaria por completo a execução da garantia fidejussória. Assim, respeitado a oportunidade da fiadora exercer o benefício de ordem, não há que se falar na sua ilegitimidade passiva para a execução pelo só fato de o contrato de empréstimo não fazer referência textual a sua corresponsabilidade pela dívida” (fls. 156/157).

6. Vale dizer, não há dúvida de que a embargante se obrigou como garantidora (fiadora/avalista) juntamente com a empresa executada, tanto no contrato de empréstimo como nas notas promissórias, além disso restou cumprido o disposto no art. 819 do CC/02 (art. 1483 do CC/16), no sentido de que “a fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva”, já que foi sim observada a forma escrita, inobstante não constar cláusula expressa no contrato acerca da responsabilidade solidária.

7. Neste sentido é a jurisprudência deste Sodalício: “Embargos à Execução Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural Improcedência Presentes os elementos do negócio jurídico entabulado Embargante que não logrou êxito em comprovar eventual vício de consentimento e/ou qualquer outra falha nos elementos do contrato Embargante que assinou o contrato na condição de avalista, instituto próprio dos títulos cambiários Irrelevância Inequívoca a condição de garantidor assumida pelo embargante Improcedência mantida por outro fundamento Recurso desprovido” (Apel. nº 1000233-09.2017.8.26.0511, 25ª Câ. de Direito Privado, REL. DES. CLAUDIO HAMILTON, j.

26.07.18).

8. E continua o juízo singular: “No que tange à alegada inexistência de liquidez da dívida pelo fato de a embargada não esclarecer os valores obtidos com a venda dos equipamentos que foram apreendidos em ação anteriormente ajuizada, a embargante faz evidente confusão entre as dívidas. Com efeito, o que foi objeto da busca e apreensão foi o contrato de compra e venda dos aparelhos PQ2000, CLINIX e ALPHA RT PICKER PICKER (descritos no primeiro parágrafo do tópico 'considerando' do contrato fls. 78). Referida busca e apreensão, pelo que se extrai do relatório do V. Acórdão de fls. 41/43, foi julgada extinta, após a apreensão dos aparelhos. Os aparelhos foram avaliados em valor inferior ao saldo devedor da compra e venda, tanto que o embargado posteriormente ajuizou uma execução de título extrajudicial para cobrar a diferença insatisfeita, pretensão esta que foi vedada pelo V. Acórdão de fls. 41/43. O objeto da execução ora embargada é o saldo devedor do contrato de empréstimo de US\$250.000,00 que foi disponibilizado pela embargada para 'permitir que a devedora pague os impostos relativos à importação, seguros, tributos e outras despesas relativas à importação dos Equipamentos' (fls. 78). Em suma, considerando: a) que não ficou caracterizado qualquer saldo credor em favor dos compradores no procedimento de busca e apreensão ajuizado para 'execução da cláusula de reserva de domínio', b) que a presente execução tem como objeto dívida distinta contraída para fazer frente às despesas de importação dos equipamentos adquiridos da embargada, não há que se falar em falta de liquidez da dívida ou excesso de execução” (fls. 157/158).

Verifica-se que a recorrente não se desincumbiu de demonstrar as razões pelas quais considera violadas as normas legais apontadas e tampouco impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, incidindo, por analogia, os enunciados das Súmulas n. 283 e 284 do STF, que dispõem respectivamente: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”; e “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Além disso, consoante se depreende, o Colegiado estadual julgou a lide com base na análise de cláusulas contratuais e no substrato fático-probatório dos autos. Assim, não há como alterar a cognição do aresto impugnado e acolher a tese defendida no apelo extremo, uma vez que tal providência esbarraria no disposto nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -

EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERENTE.

1. A conclusão a que chegou o Tribunal de origem, relativa à exigibilidade do título executivo, em razão do encerramento dos serviços contratados, fundamenta-se nas particularidades do contexto que permeia a controvérsia, bem como na interpretação das disposições avençadas entre as partes. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.361.198/MS, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 23/10/2019).

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO.

1. Ação de execução ajuizada em 06/05/2010. Exceção de pré-executividade oposta em 20/11/2014. Recurso especial concluso ao gabinete em 26/06/2017. Julgamento: CPC/2015.

2. A ação de execução foi ajuizada pelo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA contra a AAT INTERNATIONAL LTDA e seus avalistas, dado a instituição financeira considerar-se credora da executada da quantia líquida, certa e exigível de R\$ 11.315.005,34 (onze milhões, trezentos e quinze mil, cinco reais e trinta e quatro centavos), fundada na emissão de cédula de crédito industrial. A empresa executada, por sua vez, opôs exceção de pré-executividade, alegando a ausência de liquidez do título executivo em questão, tendo em vista suposta assunção parcial de dívida por terceiro.

3. O propósito recursal é definir acerca i) da ocorrência de preclusão quanto à apresentação de impugnação aos embargos de declaração opostos pelo recorrido, acolhidos pelo Tribunal de origem com atribuição de efeitos infringentes; ii) do preenchimento dos requisitos previstos no art. 1.022 do CPC/2015, hábeis a autorizar a oposição de embargos de declaração pelo recorrido; iii) da possibilidade de ser aplicada a teoria da causa madura quando do julgamento do agravo de instrumento interposto pela recorrente; iv) da ocorrência da assunção da dívida ora executada pela empresa NETUNO ALIMENTOS S/A; e, por fim, v) da possibilidade de condenação da recorrente ao pagamento de honorários advocatícios.

4. O TJ/BA reconheceu a ocorrência de preclusão quanto à apresentação de impugnação aos embargos de declaração opostos pelo recorrido. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ocorrência de preclusão, exige o reexame de fatos e

provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 5. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pela recorrente em suas razões recursais, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

6. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência implica o não conhecimento do recurso quanto ao tema.

7. O TJ/BA reconheceu a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento da recorrente, em razão da necessidade de dilação probatória. Diante das premissas fáticas elucidadas pelo TJ/BA - impossíveis de serem modificadas por esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula 7/STJ -, inviável analisar, nesta sede, a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao julgamento de seu agravo de instrumento.

8. Dessume-se dos fundamentos do acórdão recorrido a evidente conclusão de que não há nos autos qualquer comprovação da anuência do banco recorrido quanto à suposta assunção parcial da dívida.

Inclusive, a Corte local frisa a inegável má-fé da recorrente na condução do processo. Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à suposta ocorrência de assunção de dívida por terceiro, bem como acerca da iliquidez do título executivo, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

9. Não é cabível a condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente.

10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. (REsp n. 1.676.871/BA, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/4/2018, DJe 30/4/2018).

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida para 10% sobre o valor atribuído à causa, observada a gratuidade de justiça.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator